



3655 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT11 - Política da Educação Superior

OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA À EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E SEUS PROCESSOS NA UFPB

Jailson Batista dos Santos - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Edineide Jezine Mesquita Araujo - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Agência e/ou Instituição Financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

O texto apresenta resultados da pesquisa intitulada "Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba". A pesquisa referida busca discutir os impactos do SISU e as políticas de cotas para educação superior no âmbito nacional e na UFPB. Para tanto, apoia-se na metodologia quali-quantitativa, do tipo descritiva, fundamentada em dados do Censo da Educação Superior (INEP) - (2010 - 2016) e em pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior e Sociedade (GEPSS). Os resultados apontaram que no âmbito nacional, as políticas públicas de acesso tiveram impactos no favorecimento do setor privado de ensino, havendo um aumento expressivo de ingressantes. No âmbito da UFPB, observou-se que esse aumento segue a tendência nacional. No que pese as ações de assistência estudantil, não favorecem a permanência dos estudantes cotistas, pela constatação de um número expressivo de trancamentos e cancelamentos de matrículas, emergindo a necessidade de pensar novas investigações sobre a permanência para além do acesso.

Palavras-chave: Acesso. Permanência. Políticas Públicas. Educação Superior.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da expansão na educação superior brasileira ainda se apresenta como um processo complexo, no qual, as políticas públicas que visam a democratização do acesso e a manutenção da permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social entrelaçam-se em uma dinâmica única, envolvendo relação direta à conjuntura do neoliberalismo, e consequentemente, ao processo de globalização (PRESTES; SCOCUGLIA, 2012). Nessa perspectiva, a temática na qual se processa os impactos das políticas públicas que visam o acesso e permanência à educação superior, situa-se no debate sobre o neoliberalismo por estar inserida nesse contexto.

De acordo com Gentili (1996), o neoliberalismo configura-se como um projeto hegemônico do capitalismo que se expressa como estratégias políticas, econômicas e jurídicas frente à crise capitalista que se manifesta nos anos 1970 e um projeto de reforma ideológica para a difusão de um novo senso comum que legitima as propostas de reforma do bloco dominante. Segundo Mancebo (2015), por estar inserido no contexto neoliberal, o governo continua seguindo e mantendo essa lógica mercantilista dominante.

Diante desse cenário, a pesquisa intitulada "Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba", desenvolvida em 2017, sob o financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), busca uma análise descritiva sobre os impactos das políticas de acesso e permanência, como SISU e políticas de cotas, para educação superior brasileira e seus processos na UFPB, considerando a dinâmica da inclusão social, no contexto da expansão das universidades federais brasileiras (CARVALHO; JEZINE, 2016).

Com efeito, a problemática se inicia a partir das seguintes questões: quais os impactos das políticas públicas de acesso e permanência, em específico o SISU e as políticas de cotas no âmbito nacional e na UFPB? Qual situação atual dos estudantes cotistas? Os programas que visam o acesso e permanência à UFPB estão gerando processos de inclusão ou exclusão de alunos em situação de vulnerabilidade social? Tal problemática constitui-se relevante pela constatação da mudança do perfil social, econômico e cultural de maior número de sujeitos ingressos nas instituições federais (CASTELO BRANCO; NAKAMURA, 2014), sobretudo no âmbito da UFPB, onde constitui-se como estudo de caso.

METODOLOGIA

Em atendimento aos questionamentos supracitados, afim de atender o objetivo proposto, a referida pesquisa apoia-se na metodologia qualitativa, na qual utiliza-se de dados do Censo da Educação Superior (INEP) - (2010 - 2016) e de relatórios PIBIC desenvolvidos em anos anteriores (2014 - 2017). Desta maneira, utiliza-se de dois campos de investigação: análise documental e análise empírica. Assim, realizou-se uma breve análise descritiva sobre os impactos das políticas de acesso e permanência no âmbito nacional e no âmbito da UFPB, possibilitando caracterizar a política da Instituição referida, acerca de seu atendimento aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A DINÂMICA DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA INCLUSÃO: a relação "público e privado"

Mesmo compreendendo a inclusão sob a ótica das políticas governamentais como uma forma de superação da exclusão social, os processos de exclusão dentro da ordem capitalista são inevitáveis. Concordantemente, Boneti (2006) infere que o discurso da inclusão se torna uma característica fundamental que permeia as problemáticas sociais.

Para tanto, destaca-se a importância da retomada do debate acerca da dinâmica do acesso ao ensino superior, considerando o contexto da expansão das universidades, sobretudo no que tange a relação público e privado, em nível Nacional, Regional e Local, para uma melhor compreensão sobre os impactos das políticas públicas nesse processo.

Tabela 01 - Evolução de matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Organização Acadêmica e Localização (capital e interior) - (2010 - 2015)

Ano	Brasil		Nordeste		Paraíba	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2010	1.461.696	3.987.424	438.090	614.071	53.036	35.870
2011	1.773.315	4.966.374	514.212	812.444	67.256	44.653
2012	1.875.195	5.140.312	553.508	881.317	70.163	49.636
2013	1.932.527	5.373.450	561.175	960.531	71.366	59.767
2014	1.961.002	5.867.011	582.852	1.064.031	74.412	69.777
2015	1.952.145	6.075.152	590.489	1.104.191	75.880	77.736
Crescimento %	34%	52%	35%	80%	43%	117%
Total Geral	42.395.603		8.676.911		749.552	

FONTE: BRASIL. INEP. Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2010 a 2015. Brasília: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 01 de jul. 2017.

A tabela acima possibilita observar que no Brasil o aumento das matrículas no período de 2010 até 2015, considerando os Governos Lula e Dilma, o crescimento do setor público foi de 34%, enquanto no setor privado de 52%. No entanto, ao considerarmos os períodos anteriores, de 1999 até 2010, observados nos Governos FHC e LULA, conforme apontado por Felinto (2015), o crescimento do setor público atingiu a marca de 75,6%, denotando uma diferença significativa de 41,6% no crescimento geral de todos os períodos analisados.

Em relação à Região Nordeste, o crescimento das matrículas considerando os dois governos (Lula e Dilma) foi 35%, nas instituições públicas, e 80% nas instituições privadas. Assim, destaca-se uma tendência de maior crescimento no setor privado no governo Lula e Dilma, mantendo-se por essa tendência nos últimos cinco anos. Já no Estado da Paraíba, o crescimento das matrículas no setor público de ensino atingiu a marca dos 43%, já o setor privado aponta 117% de crescimento.

Conforme percebido, quando comparados os números, o setor privado é o que detém o maior crescimento de matrículas em que pese o crescimento do setor público. No entanto, o setor público de Ensino da Paraíba, continua sendo o maior detentor de matrículas mesmo com crescimento do setor privado no período analisado.

O processo de expansão das universidades federais no Brasil, bem como, as políticas públicas adotadas pelo governo federal com vista à democratização do acesso continuam surtindo efeitos na evolução das matrículas nos últimos seis anos. No âmbito nacional, as políticas públicas de acesso tiveram impactos no favorecimento do setor privado de ensino, havendo um aumento significativo de ingressantes, conforme a tabela acima.

Em relação ao número de estudantes que ingressaram em cursos presenciais da UFPB pelo SUSU e pelas políticas de cotas, os dados da tabela 02 demonstra que o total de matrículas entre o período de 2012 foi de 2.321, e em 2016 subiu para 3.740 ingressantes cotistas, representando um aumento de 61% do quadro discente na referida Instituição.

Tabela 02 - Número de Matrículas em cursos Presenciais da Universidade Federal da Paraíba pelas políticas de Cotas - (2012 – 2016)

Cotistas - UFPB				
Ano	Escola pública com renda de até 1,5 salário	Preto, pardo, ou indígena	Pessoa com deficiência	Total Por Ano
2012	998	1.299	24	2.321
2013	895	1.651	29	2.575
2014	962	1.874	173	3.009
2015	964	1.815	156	2.935
2016	1.323	2.275	142	3.740
Parcial	5.142	8.914	524	Total de Cotistas 14.580
Crescimento %	14.580 = 61%			

Fonte: Superintendência tecnologia da informação – STI (2016).

No tocante ao número de ingressos em cursos presenciais da Universidade Federal da Paraíba pelo SUSU e políticas de cotas, os dados da tabela a cima demonstram que em 2012 ingressaram 2.321 cotistas, e em 2016 esse número subiu para 3.740 de ingressante pelas políticas de cotas. O total de ingressos entre o período de 2012 a 2016 foi de 14.580 estudantes cotistas, segundo dados da Superintendência tecnologia da informação – STI (2016). Isso representou um aumento 61% do quadro discente na referida Instituição.

Diante dos dados, percebe-se que as políticas de acesso no âmbito da UFPB configuram-se como um norte no sentido de tentar diminuir as desigualdades sociais (CASTELO BRANCO, 2014). Concordantemente, Jezine (2016) ressalta a importância na continuidade das investigações acerca dos ingressantes pelas políticas de cotas.

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NA UFPB E A SITUAÇÃO DOS COTISTAS: um olhar para além do acesso

A permanência, segundo Zago (2006) é um desafio subsequente ao acesso, em que, os programas e ações voltados à tal são iniciativas importantes para sua manutenção no ensino superior. Nesse sentido, a assistência estudantil tem papel importante face aos problemas enfrentados pelos estudantes durante toda permanência na graduação. Para isso, a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) vem gerenciando os recursos, em que o acesso aos benefícios seus benefícios é feito através de processo seletivo para averiguação da condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Das ações que visam a permanência na UFPB, para seu reconhecimento no âmbito acadêmico, destacam-se os auxílios financeiros e os programas acadêmicos. Os programas de cunho acadêmico, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), destacam-se pelo incentivo à formação inicial de estudantes em ações voltadas à pesquisa científica e tecnológica. No entanto, no que pese as ações de assistência estudantil, esta não favorece a permanência, pois segundo estudos realizados por Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2016) sobre os fatores que influenciam na permanência no âmbito da UFPB, as proposições relativas aos programas de assistência estudantil revelaram-se discordantes. Este fato pode ser explicado pela razão de poucos estudantes estarem inseridos ou contemplados por estes programas.

Em relação a situação dos cotistas da referida Instituição, constatou-se um número expressivo de trancamentos e cancelamentos. Conforme expresso no Superintendência Tecnologia da Informação – STI (2016), houveram 1.553 cancelamentos de matrícula por parte dos cotistas que ingressaram em 2014 e 83 trancamentos no ano de 2016. Todavia, destaca-se que o ano de 2012 teve maior quantidade de concluintes, foram 93 e 42 formandos, quando comparado com os anos subsequentes.

Ao analisarmos os dados, constata-se entre o período de 2012 a 2016, um número significativo de trancamentos e cancelamentos de matrículas por parte dos estudantes cotistas. Tais constatações suscitam uma problemática pertinente, no sentido de saber quais os motivos que levam os cotistas a trancarem o curso, haja vista que os processos de exclusão social no ensino superior é um problema que, conforme já mencionado por Zago (2006), deve ser considerado para além do acesso.

Com relação a situação dos cotistas da UFPB, os dados mostram ainda que, no ano de 2012 teve maior quantidade de concluintes, foram 93 concluintes e 42 formandos, quando comparado com os anos subsequentes. Todavia, o número de ingressos pelas cotas com status de ativo aumentou de 1.071 em 2012 para 1.939 em 2015, o que representa um aumento de 81% no período de 2012 a 2015, conforme informações da Superintendência tecnologia da informação – STI (2016).

Os dados apresentados podem gerar uma nova problemática acerca da permanência desses estudantes na universidade, no sentido de saber quais os motivos que levam ao trancamento e cancelamento de um curso de graduação, haja vista que os processos de exclusão social é um problema que deve ser considerado para além do acesso ao ensino superior.

CONCLUSÃO

A referida possibilitou a explanação de dados importantes que expressam a dinâmica da inclusão social dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social que adentram no ensino superior. Conforme exposto no decorrer desta apresentação, os resultados apontam que no âmbito nacional, as políticas públicas de acesso tiveram impactos no setor privado, resultando em um aumento considerável de ingressantes, seguindo a lógica neoliberal. Tais impactos se deve ao fato de que programas como Prouni e SiSU não consideram as condições financeiras desfavoráveis dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

No que pese os impactos das políticas de permanência na Universidade Federal da Paraíba, constatou-se um número expressivo de trancamentos e cancelamentos de matrículas por parte dos cotistas. Tal constatação, aponta-se para necessidade de ampliação da discussão sobre um olhar acerca da permanência para além do acesso.

Contudo, observa-se que as ações de assistência social como os auxílios alimentação, creche e transporte, ao contrário dos programas acadêmicos, não favorecem a permanência dos estudantes cotistas. Sobre a situação de matrícula dos mesmos, verificou-se um número expressivo de estudantes que trancaram curso em 2016, cerca de 83 cotistas, e também, um número alto de cancelamentos, em 2014, cerca de 1.553, o que configura a assistência estudantil como uma política desfavorável no período de permanência.

Portanto, quando uma instituição de ensino superior pública se preocupa em promover políticas e ações para o acesso, precisa atentar também para manutenção de seus estudantes, do acesso à permanência, e conseqüentemente até o sucesso acadêmico, para que estes tenham na prática, uma educação mais justa e verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2010/2011/2012/2013/2014/2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 15 dez. 2016.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro** / Lindomar Wessler Boneti. - Ijuí – RS : Unijuí, 2006.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. **Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996 – 2012)**. Disponível em <<http://coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/politicas-deexpansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2017.

CARVALHO, Rayana; JEZINE, Edineide. **PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: “um peso, duas medidas”**. Espaço do currículo, v.9, n.1, p. 108-120, janeiro a abril de 2016. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/File/rec.016.v9i1.108120/15341>> Acesso em: 10 de mai. 2017.

FELINTO, Jislayne Fidelis. **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba**. Os desafios do Acesso e da permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social. Relatório PIBIC/UFPB. 2015.

GONZALEZ, Roseli Kubo; PAGNEZI, Karina Soledad Maldonado Molina; PRIETOLI, Rosângela Gavioli. **Educação Especial e Inclusão Escolar: tramas de uma política em implantação**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 725-743, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n3/v39n3a06.pdf>> Acesso em: 20 de dez. 2016.

MANCEBO, Deise. **Educação superior no brasil: expansão e tendências (1995-2014)**. 37ª Reunião Anual da ANPEd /2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-3726.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2017.

PRESTES, Emília; JEZINE, Edineide; SCOCUGLIA, Afonso. **Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba.** Rev. Lusófona de Educação no.21 Lisboa 2012. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3088>> Acesso em: 20 de jan. 2017.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista brasileira de educação, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11>>